

Ata da Vigésima Terceira Sessão Ordinária, do primeiro ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos oito de outubro de dois mil e treze, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abracez. Secretários Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou a Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco para proferir o seguinte texto: Salmo 129(130): “Das profundezas eu clamo para ti, Deus. Senhor, ouve o meu grito! Que os teus ouvidos estejam atentos ao meu pedido por graça! Senhor, se levas em conta as culpas, quem poderá resistir? Mas de ti vem o perdão e assim infundes respeito. Minha alma espera no Senhor, espera em sua palavra. Minha alma aguarda o Senhor, mais que os guardas pela aurora. Mais que os guardas pela aurora, aguarde Israel o Senhor. Pois do Senhor vêm a graça e a redenção em abundância. Ele vai redimir Israel de todas as suas culpas.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Deixou de comparecer o Sr. Luiz Gustavo Gothardo. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: pela ordem, o Sr. David Hilário Neto pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura, dos projetos, dos requerimentos e das Indicações dos Senhores Vereadores, e das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentados: Projetos, lendo-se apenas as ementas: 1. De Decreto Legislativo do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão que dispõe sobre concessão de título de Cidadão Jaguariunense ao Sr. Osmar Lucianeti Quevedo – “Mazinho Quevedo”; 2. De Decreto Legislativo

dos Srs. Rodrigo da Silva Blanco, Alfredo Chiavegato Neto e Ângelo Roberto Torres que dispõe sobre concessão da “Medalha e o Diploma do Mérito Desportivo e Cultural” ao Sr. Amauri Rodrigues, depois de lidos, foram os projetos encaminhados para a Comissão Permanentes para parecer; Requerimentos, lendo-se apenas as ementas: 1. Dos Srs. Gerson Antonio – Gerson do Gás e Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar quando a pavimentação asfáltica e a iluminação do trecho que liga a Av. Pacífico Moneda – altura do Condomínio Quinta da Laranjeira, ao balão da Av. Silvio Rinaldi serão realizadas; 2. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal informar em quais Secretarias os funcionários que exercem cargos de confiança estão locados, quais são os cargos e funções dos mesmos e como é feito o controle de horários desses servidores; 3. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal informar quando será feita a iluminação da rua Osvaldo Vicentini até a rua Alexandre Marion, no bairro S. José; 4. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal informações se há a possibilidade da Guarda Municipal fazer a ronda com parada de alguns minutos, na Rodoviária, com maior frequência; 5. Dos Srs. Gerson Antonio – Gerson do Gás e Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando à ASAMAS – Associação Santa Maria de Saúde, sobre aumento salarial, nos últimos quatro anos aos seus servidores, e porquê, ainda, não foi paga a primeira parcela do 13º salário do corrente; 6. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações sobre moradores que utilizam a área pública denominada Fazenda da Barra: quem são, se existe contrato, entre outras questões; 7. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando à CPFL – Jaguari a troca dos postes de iluminação que estão caindo na estrada Municipal Jaguariúna-Santo Antonio de Posse, sentido Parque Ana Helena; 8. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade de criar um decreto emergencial-auxílio aluguel com créditos extraordinários para fazer frente às despesas com aluguel e outras dos beneficiários que foram contemplados com os apartamentos do Jaguariúna I e II até o término definitivo e entregas das obras, entre outras questões; 9. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando à CPFL Jaguari a troca do poste de energia e poda de árvore no espaço situado na Fazenda da Barra; 10. Dos Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e David Hilário Neto solicitando à Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais informações se a mesma deu entrada em processo junto ao Ministério Público para apuração de cerca de 200mil reais, a

menos, constatado nas contas durante o período do ex Presidente, Sr. Amaro e do ex-tesoureiro, bem como do extravio de documentos contábeis do período de abril de 2011 a junho de 2012, conforme noticiado em informativo de março de 2013, daquele Sindicato, entre outras questões. Indicações, lendo-se apenas as ementas: 1. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal, denominar a Estrada de Servidão situada no loteamento Santa Úrsula, de “rua Maria Luppi Fracchetta”; 2. Do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando ao Executivo Municipal reparos no alfato da rua Amapá, especificamente, entre a rua e a sarjeta, próximo à esquina no posto Dudão, bairro Jd. Haruj; 3. Do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na rua Joaquim Machado de Souza, altura do nº 251, no Loteamento S. Pedro; 4. Do Sr. Romilson Nascimento Silva e Outros solicitando ao Executivo Municipal aproveitar a infraestrutura da rede de esgoto já pronta no Condomínio Reserva da Barra e estender até o Condomínio Ana Helena; 5. Do Sr. Luiz Gustavo Gothardo solicitando ao Executivo Municipal poda e remoção dos galhos da árvore que está obstruindo a visualização da placa de endereço, rua Cândido Bueno, altura do nº 1179, centro; 6. Do Sr. Luiz Gustavo Gothardo solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na Praça Holambra, em frente ao Bar “Esquinão”, no bairro João Aldo Nassif; 7. Do Sr. Luiz Carlos de Campos – Bozó, solicitando ao Executivo Municipal retirar as saliências de asfalto (cocurutos) existentes entre as faixas de direção na Av. Antártica, sendo uma atrás do Cemitério Municipal e a outra subindo a avenida; 8. Do Sr. Luiz Carlos de Campos - Bozó solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos na Estrada Municipal JGR 354 – Alberto Macedo Junior (Estrada das Duas Marias) 9. Dos Srs. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres e Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal colocação de placas proibindo as pessoas de andarem de bicicletas e skate dentro da rodoviária; 10. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal iluminação, entrega de correspondência e reparos necessários no local onde o ônibus vira no final das chácaras, na Estrada de Servidão, Loteamento Santa Úrsula próximo a Empresa Engratec; 11. Dos Srs. Gerson Antonio – Gerson do Gás e Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal instalação de barra fixa e prancha para abdominal e academia ao ar livre no Parque Maria Stella Bianco Torres, no bairro Roseira de Cima; 12. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal uma operação para verificar, desentupir e limpar os bueiros do bairro Roseira (de baixo e de cima) e Jardim Imperial; 13.

Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal dedetização de toda rede pluvial da cidade; 14. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal operação tapa-buracos na rua Pedro S. Martins, no bairro Jardim Bela Vista; 15. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos no Bairro Miguel Martini. Moções: 1. Do Sr. Romilson Nascimento Silva de congratulações e louvor ao talentoso Sr. José Silvério pelos 50 anos de brilhante carreira e de história de narração do futebol brasileiro; 2. Dos Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Luiz Gustavo Gothardo - Guga de congratulações e louvor ao 2º Mega Evento Fest Kids Florianópolis, ocorrido em 6 de outubro corrente. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. RGL 6653/13 – Of. SGP nº 5357/13 do Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo encaminhando Requerimento nº 2006, de 11/09/13 do Deputado Orlando Bolçone parabenizando Jaguariúna pelo aniversário de emancipação política administrativa comemorado em 12 de setembro; 2. Carta n. 0019/13/COM do Gerente de Negócios da CPFL Jaguari dando resposta ao Requerimento nº 217/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando à CPFL Jaguari e ao Executivo Municipal troca do poste de madeira da rua Marchesini, próximo ao nº 98, no bairro João Aldo Nassif. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as Proposituras abaixo, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: Primeiramente, o Sr. William de Souza Silva apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91, para que o Requerimento de sua autoria solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade de criar um decreto emergencial-auxílio aluguel com créditos extraordinários para fazer frente às despesas com aluguel e outras dos beneficiários que foram contemplados com os apartamentos do Jaguariúna I e II até o término definitivo e entregas das obras, entre outras questões, fosse encaminhado para a Ordem do Dia para discussão; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos e o Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade de criar um decreto emergencial-auxílio aluguel com créditos extraordinários para fazer frente às despesas com aluguel e outras dos beneficiários que foram contemplados com os apartamentos do Jaguariúna I e II até o término definitivo e entregas das obras, entre outras questões, encaminhado para a Ordem do Dia daquela

Sessão; a seguir, pela ordem, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu a palavra e apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 243, I, e § 3º do Regimento Interno, solicitando que a votação das proposições acontecesse pelo processo simbólico, onde os que estivessem de acordo permaneceriam sentados, e os contrários se levantariam, visto o acúmulo de proposições; em discussão e votação o requerimento verbal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as demais proposições, pelo processo simbólico, conforme preceituava o § 1º do Artigo 243, comunicando que os Vereadores que fossem favoráveis permanecessem sentados, e os que fossem contrários ficassem em pé: 1. Requerimento dos Srs. Gerson Antonio – Gerson do Gás e Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar quando a pavimentação asfáltica e a iluminação do trecho que liga a Av. Pacífico Moneda – altura do Condomínio Quinta da Laranjeira, ao balão da Av. Silvio Rinaldi serão realizadas, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal informar em quais Secretarias os funcionários que exercem cargos de confiança estão locados, quais são os cargos e funções dos mesmos e como é feito o controle de horários desses servidores, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal informar quando será feita a iluminação da rua Osvaldo Vicentini até a rua Alexandre Marion, no bairro S. José, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal informações se há a possibilidade da Guarda Municipal fazer a ronda com parada de alguns minutos, na Rodoviária, com maior frequência, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento dos Srs. Gerson Antonio – Gerson do Gás e Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando à ASAMAS – Associação Santa Maria de Saúde, sobre aumento salarial, nos últimos quatro anos aos seus servidores, e porquê, ainda, não foi paga a primeira parcela do 13º salário do corrente, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações sobre moradores que utilizam a área pública denominada Fazenda da Barra: quem são, se existe contrato, entre outras questões, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando à CPFL – Jaguari a troca dos postes de iluminação que estão caindo na estrada Municipal Jaguariúna-Santo Antonio de

Posse, sentido Parque Ana Helena, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 8. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando à CPFJ Jaguari a troca do poste de energia e poda de árvore no espaço situado na Fazenda da Barra, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 9. Requerimento dos Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e David Hilário Neto solicitando à Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais informações se a mesma deu entrada em processo junto ao Ministério Público para apuração de cerca de 200mil reais, a menos, constatado nas contas durante o período do ex Presidente, Sr. Amaro e do ex-tesoureiro, bem como do extravio de documentos contábeis do período de abril de 2011 a junho de 2012, conforme noticiado em informativo de março de 2013, daquele Sindicato, entre outras questões, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 10. Moção do Sr. Romilson Nascimento Silva de congratulações e louvor ao talentoso Sr. José Silvério pelos 50 anos de brilhante carreira e de história de narração do futebol brasileiro, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 11. Moção dos Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Luiz Gustavo Gothardo - Guga de congratulações e louvor ao 2º Mega Evento Fest Kids Florianópolis, ocorrido em 6 de outubro corrente, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores que quisessem fazer uso por seis minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomou a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que cumprimentou a todos e a todas, dizendo que era sempre bom verem a Casa lotada, e que era muito chato quando tinham sessão e não tinha ninguém, e que quando viam a Casa lotada era muito bom, e desejou que fosse sempre assim; a seguir disse de fazer um comentário, e sabia que depois eles iriam acabar discutindo, em relação à questão do requerimento oitavo do Sr. William de Souza Silva, e que era extremamente pertinente o que ele estava solicitando, mas também informava que já existia uma lei municipal, que era a lei de benefícios eventuais, que já previa este tipo de benefício, e que já estiveram participando de várias reuniões, onde, com certeza, as famílias teriam que ser atendidas, aquelas que fossem prejudicadas pelo atraso da entrega das obras do “Jaguariúna”, do programa “Minha Casa Minha Vida”, “Jaguariúna I e II”, e disse que era para não terem dúvidas que era bastante pertinente o requerimento do Sr. William, mas que já existia uma lei municipal que garantia que as famílias tivessem esse benefício, através da Secretaria de Assistência Social, então previa o aluguel social, com alguma ajuda à família, extremamente legal, a política de assistência social, também, previa essa

questão, mas parabenizou ao Colega por ter se lembrado desta questão; entre outras coisas agradeceu aos Vereadores a participação, e que esteve lá no Florianópolis, viu o trabalho do pessoal, um trabalho bacana, bastante criança, foi muito bacana e que era um exemplo, porque quem queria, fazia a diferença, e que ficava ali a moção que eles estavam encaminhando; a seguir, com relação à questão do Programa “Minha Casa Minha Vida”, o atraso que estava se dando e isso acabava, realmente, trazendo transtorno às famílias e uma série de outras situações, não só para as famílias, mas para o Município, também, que tinha que fazer todo um planejamento para acolher as famílias quando estiverem lá morando; a seguir, perguntou à assembléia se tinha alguém que foi contemplado com o apartamento, Jaguariúna I ou II, e várias pessoas levantaram as mãos, e ela perguntou que tinha sido do Um, pediu para levantar a mão, e do Dois, também, e perguntou se os mesmos vinham participando das reuniões, e disse que isso era bacana, porque algumas pessoas achavam que o programa Técnico Social, ele não era importante, mas ele era para poder passar todo tipo de informação, porque, na verdade, acontecia que eles tinham que ter uma previsão, não só da mudança, mas de todos os recursos sociais que iriam ter que ser levados para lá, porque eram famílias que estavam saindo de locais que tinha seu posto de saúde, creche, e lá não foi previsto esses recursos e que isso, já existia uma equipe trabalhando para que quando eles mudassem já estivesse preparado para acolhê-los; disse que uma notícia que naquele dia tiveram, boa, e que tiveram naquela semana, o Fred, ela e o Adilson, depois da reunião que tiveram na Caixa Federal, estiveram junto ao Cartório, pedindo para que o Cartório, que ele tinha quinze dias a partir do momento que se dava entrada à toda a documentação, para que pudesse gerar o número de matrículas, para que o Cartório pudesse agilizar para eles, porque esse atraso na entrega já ficou complicado para todo mundo, para o Município, para eles que estavam ali, e que isso, realmente, tinha virado complicação; disse que tinham sentido da parte do Cartório um acolhimento muito bom, e a partir do momento em que a empresa entrasse com toda a documentação, ele lhes garantiu que em quinze dias saía; disse que, naquele dia, tiveram uma informação, também, através da Caixa Econômica Federal, da Superintendência da Caixa, que o documento pendente, que estava impedindo de que a empresa entrasse no Cartório, apresentando toda documentação, era o documento expedido pela GRAPROHAB, que era um órgão federal da parte ambiental, do “Jaguariúna II” tinha sido aprovado naquele dia de manhã, e que aquele documento já tinha sido aprovado, e que segundo a Caixa seria cumprido, foi o que lhes informaram, seria cumprida a entrega do “Jaguariúna II”, final de outubro,

assinatura de contrato, mudança em novembro, e que foi isso que eles ouviram na reunião, e confirmou com os presentes; disse que do “Jaguariúna I” o cumprimento de assinatura de contrato, final de novembro, mudança em dezembro, e que também tinha sido essa a informação que passaram para a reunião deles, e pediu confirmação dos presentes; disse que pelo menos eles tiveram boa notícia, sentiram da parte do Cartório, teriam uma reunião dia dez, onde a Caixa garantia que a entrada seria dada no Cartório e iriam contar com a colaboração aí do Cartório que liberasse para eles em quinze dias e conseguissem assinar esse contrato; perguntou se estava bom, agradeceu e desejou boa noite; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva, que a passaram; tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo que ficava muito feliz em se deparar nesta sua nova missão de Vereador do Município de Jaguariúna e que ficava muito contente quando via ali essa Câmara Municipal cheia de pessoas, e que tinha certeza de que muitos esperavam ações positivas deles que estavam ali para representá-los, que, efetivamente, pudessem vir a atender os direitos deles, e que esperava da melhor forma possível de estar ali, literalmente, defendendo o direito deles; disse que gostaria de se desculpar aos seus colegas lá do bairro Florianópolis pela sua ausência na festa e que ficava muito triste, que o convite foi muito cordial e ele não pôde estar nesse evento, com os Colegas Vereadores, a Colega Rita muito bem tinha colocado que esteve no evento e, com certeza, foi um excelente evento e parabenizou àquelas crianças que tiveram esse trabalho social atendido, e a todos os organizadores, mais uma vez pediu desculpas pela sua ausência; disse, ainda, de agradecer à nobre Colega Rita pelas palavras, e que eles iriam discutir a situação no momento oportuno sobre o requerimento, e que ele só gostaria ali de frisar, disse à nobre Vereadora, que houve a análise dessa lei, mas o objetivo principal dele ter feito isso, era justamente pelo empurra-empurra, que havia dúvida nessas pessoas, várias manifestações, as pessoas questionavam, havia, ainda, uma informação que foi colocada na reunião, a falta de informações prestadas a estas pessoas e que ele achava e estava declarado que a Construtora não cumpriu o papel dela, ela atrasou as obras, e se a Construtora atrasou a obra, a Caixa fez um lobby para a Construtora, não teve punição alguma, teve punição apenas para as pessoas que aguardavam, ansiosamente, esse projeto; fizeram a sua parte, foram lá, tiraram o recurso de onde não tinha para tirar, para pagar as taxas impostas e não houve punição, então, uma forma de equilibrar essa situação seria esse projeto emergencial, onde a Prefeitura, como eles escutaram a informação que a Prefeitura estava com a sua situação financeira delicada,

então, tinha que tirar recurso de algum lugar, por isso a necessidade desse estudo para retirar os recursos; disse achar que se essas pessoas estavam aguardando que completassem com essa forma essa necessidade, e que muitas pessoas tiveram que entregar suas casas, diante de várias promessas de entrega dessas casas, foi um total desrespeito, não tirando o mérito do trabalho da Vereadora, nem de nenhuma pessoa que fez parte desse projeto, mas ele sentia, sim, e era pertinente a revolta dessas pessoas e se havia este estado de erupção, de efervescência nas suas condutas era porque houve falhas, e houve omissão e que eles estavam ali para tentar equilibrar isso daí, e que sua simples postura para tentar ajudá-los nesta situação, seria essa forma da Prefeitura cumprir com esse papel e cobrar depois da Construtora, e se a Construtora não cobrasse o prazo, agora, que fosse punida, que trocasse a Construtora, e essas pessoas com esse objetivo... (houve manifestações na assembleia com aplausos), que fossem atendidas; agradeceu pela atenção de todos; o Sr. Presidente pediu que a assembleia não se manifestasse após a fala de qualquer Vereador, por favor; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Adilson José Abracez que a passou; tomou a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que cumprimentou a todos, em especial ao público presente, e parabenizou a presença dos contemplados com o “Jaguariúna I e II”, aos demais presentes, e que ficava chateado, triste, que tinha visto pelas redes sociais que iria ter um manifesto da população, que viria na Casa reivindicar seus direitos da casa popular que estava demorando para ser entregue, e era para verem a quantidade de moradores que tinham na Casa, que poderia ser muito maior pelo número de pessoas que iria morar naquele local, e que eram oitocentas casas, e que ali não passava de trinta pessoas, e que poderia ter trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas, até mesmo quatro mil pessoas ali, e que só tinha aquelas pessoas na Casa, naquele dia, e os parabenizou por terem vindo na Casa reivindicar seus direitos e que era muito bonito da parte deles; a seguir, comentou sobre seu requerimento, agradeceu aos nobres Vereadores por terem aprovado e que solicitou do Executivo, do Prefeito para que chegasse a ele a lista dos nomes de funcionários comissionados e até mesmo RPA, porque recebeu denúncia de pessoas que tinham cargos na Prefeitura e não iam trabalhar e até mesmo em função de nepotismo, parentes de Vereadores trabalhavam na Prefeitura e até mesmo parentes do Prefeito que trabalhavam na Prefeitura e que ele precisava dessa listagem para ele ir até o Tribunal de Contas e tomar atitudes necessárias sobre esse assunto, porque se questionava muito que o Município estava cheio de dívidas e tinha pessoas que tinham cargos muito altos e não vinham trabalhar, e isso não era justo para a população de Jaguariúna que pagava todos os seus

impostos direitinho, e que era esse o seu trabalho, agradeceu, desejou boa noite a todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que cumprimentou a todos, em especial ao Presidente do seu Partido PCdoB, ali presente, Buiu e aos colegas camaradas do Partido, os agradeceu pela presença, e aos munícipes, sorteados para o “Jaguariúna I e II” que vinham na Casa reivindicar seus direitos; disse que tiveram nove Vereadores no dia vinte e seis com o Superintendente Geral da Caixa Econômica Federal, o qual se comprometeu perante o Presidente da Casa e os demais Vereadores que participaram, quase todos os Vereadores estiveram, confirmou com o Magrão, que em final de outubro entregavam o “Jaguariúna II”, e em novembro entregavam o “Jaguariúna I”, explicou, também, para eles que entre as vinte e duas mil unidades espalhadas pelo País, em nenhuma cidade teve problema como teve em Jaguariúna, questão de medição, enfim, várias coisas, construtora, mas o que ele tinha deixado bem claro para eles, e parabenizou ao Vereador Zidane pela sua explanação, e que ele esteve presente lá, também, e que pelo tempo que faltava para o término da obra e o que faltava terminar, e se a Caixa trocasse a construtora, pelo que deu para eles entenderem, iria acontecer para eles igual estava a creche lá do Europa, parada há mais de um ano, porque a empreiteira não deu conta, o Governo Federal suspendeu, e crianças do Município aguardando vagas na creche, outra empreiteira não podia pegar, enfim, agora estava o compromisso com os Vereadores que foram lá, fizeram o papel deles, e iria ficar na cobrança, agora, tinham ali a Vereadora Rita, que, também, além de ser Vereadora ela era Assistente Social e vinha acompanhando isso da Habitação desde muitos anos na Cidade, vinha fazendo um excelente trabalho a Rita, e vinha deixando os Vereadores a par dessa situação, mas parabenizava aos presentes, por estarem na Casa, naquela terça-feira fria, como o Xandy tinha falado, eram muitos comentários, mas com certeza os que estavam ali para eles não importava a quantidade e sim a qualidade deles, o direito deles, e que podiam contar com eles, tinham o apoio deles, e que estavam ali para trabalhar para eles; agradeceu aos Colegas pelas suas indicações, pelos seus requerimentos, e disse que eles estavam pedindo há tempos esse trechinho de asfalto lá na Pacífico Moneda, a iluminação e valia lembrar que eles tinham que ver se conseguiam até dezembro, confirmou com o Fred, para determinar se eles conseguiam essa iluminação, porque sabiam que a CPFL teria que entregar para o Município, quando fosse passado, redondinha a parte elétrica, iluminação, e que estava muito defasado isso, e que tinham que cobrar; agradeceu a todos e pediu que Deus abençoasse a todos; a seguir, tomaria a palavra o Sr. David Hilário Neto e Fábio Augusto Pina, que a

passaram; tomou a palavra o Sr. Gerson Antonio que cumprimentou a todos, comentando sobre os requerimentos que foram aprovados, agradeceu aos Colegas, e falou daquele trecho que o Neguita falou e que as pessoas o cobravam direto porque seu trabalho era na rua e estava lá nos bairros, ia no Laranjeiras, ia no Quinta do Conde, das Pitangueiras, e sempre eles estavam lhe cobrando daquele trecho lá, faltando esse asfalto que era um trechinho de seiscentos metros e a iluminação, e também, aquela rua que o Neguita falou, Osvaldo Vicentin, e que também já tinha pedido lá a iluminação e que colocaram os postes lá e só estava faltando colocar os braços de luz, lá, para estar ficando aquele trecho bom para a população estar andando no local, e como o Vereador tinha dito até dezembro tinha que estar entregando redondinho e que eles teriam que trabalhar bastante porque a cidade estava quadrada na parte da iluminação, e que tinha que trabalhar para entregar redondo para eles, como ele disse, e que restava cobrar, e cobrar eles cobravam bastante e que ele sabia fazer isso muito bem, e que se não entregasse direitinho eles iriam fazer requerimento para a Companhia, e que iriam trabalhar até pós dezembro, porque se eles tinham que entregar bem feito não importava a data, eles teriam que entregar do jeito que tinha que ser; agradeceu, desejando boa noite; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que a passou; tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que, primeiramente, iria falar do requerimento do Xanddy, solicitando a listagem dos funcionários, e só lembrou ao mesmo que na Legislatura passada, durante quatro anos ele solicitou essa relação e não foi encaminhada a Casa, e que ele iria fazer o máximo de esforço para que essa Administração pudesse encaminhar, porque sabia das informações que ali continham, aquilo que eles podiam usufruir, e que esperava que as dúvidas se esclarecessem, porque ele ficou quatro anos, realmente, brigando, juntamente com o Fabinho, para tentar conseguir essa listagem e eles não conseguiram, e que esperava que, realmente, esta Administração se atentasse ao requerimento do Vereador e pudesse informar, e que teria o seu apoio para conseguí-la; a seguir, parabenizou às pessoas que estava na Casa representando os moradores do Empreendimento “Jaguariúna I e II” e disse, realmente, que o que importava era que alguns representantes estavam ali, assim como eles eram eleitos representantes de uma parcela da população, que eles representavam, não caberia todo mundo ali para estar num parlatório e que, realmente, cabia a cada representante ali poder representar uma parcela da sociedade e que eles fazia isso através da representação deles junto a todos os moradores que ali iam morar, os futuros moradores, mas disse que para a Casa, a preocupação era

muito grande com relação àqueles empreendimentos e que sabiam do trabalho social que ali estava acontecendo e que esperava que acontecesse o mais rápido possível para sanar um problema muito sério, problema de habitação e eles estavam sofrendo isso na pele com a esperança de mudar o quanto antes e isso ser, de uma certa forma, atrasado; disse que só para esclarecer, estiveram em reunião na Caixa Econômica Federal e eles iriam fazer o máximo de esforço para manter, realmente, esse cronograma que foi encaminhado para eles, final de outubro o “Jaguariúna II” e final de novembro para o “Jaguariúna I”; disse que alguma documentação estava atrasada perante o Cartório de Registro de Imóveis, e que estiveram lá, no dia anterior, à tarde, ele, a Rita e o Adilson e que foi feito o convite para os demais Vereadores, mas eles não puderam ir por compromissos anteriormente agendados, e eles os representaram lá, e o cartório se prontificou assim que toda documentação desse entrada, o quanto antes eles iriam fazer o trabalho para que saísse o número da matrícula para que pudesse ser colocado no contrato deles, e estavam sendo feitas, executadas, estariam entregues no cronograma, e quanto às obras que faltava a empresa fazer, achava que até o período de outubro seria concluída, também; disse que o problema era um problema burocrático, e esperava que eles, realmente, compreendessem a situação, e que sabia que não era fácil, a obra, realmente, atrasou muito, mas voltava a dizer que todo mundo, e que não iria falar dessa legislatura, mas todo mundo de todas as legislaturas fizeram o máximo de empenho para que essa obra acontecesse e fosse entregue o mais rápido possível; disse que, infelizmente, problemas aconteceram e como o Neguita disse e o próprio Presidente, Superintendente da Caixa lhes disse que foi a única obra que atrasou e muito, foi a obra de Jaguariúna, questões inúmeras que ele passaria muito tempo ali falando, mas que esperava que, realmente, este sonho se concretizasse o quanto antes, e voltou a dizer que a Casa estava de portas abertas e se empenhando para esclarecer e que eles tinham a Rita ali, que estava dando a maior cobertura para eles Vereadores, e à população, de lhes deixar informado daquilo que foi possível a Casa fazer para poder ajudá-los e auxiliá-los, para que eles se tornassem efetivamente mutuários da Caixa e moradores do “Jaguariúna I e II”, acontecesse, e que eles estavam fazendo o esforço para que isso acontecesse, realmente; disse que sabiam que não era fácil e que achava que a casa era o sonho de uma vida, não era o sonho de um mandato, ou de quatro anos e que sabiam que tinha muita gente que estava esperando a vida inteira para ter esse sonho realizado, e que esperava que agora, mais vinte dias ou trinta dias, devagarzinho alguns deles pudesse ter seu sonho realizado, mas voltava a dizer, que se atrasasse mais um ou dois dias,

paciência, que o melhor caminho, realmente encontrado foi esse de não trocar a empresa, e se trocasse a empresa, realmente, eles não morariam lá esse ano, e sim, realmente, talvez, o ano que viria; disse que os esforços estavam sendo feitos, e esperava que as pessoas fossem beneficiadas o quanto antes; era o que gostaria de dizer e desejou boa noite a todos. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Deixou de comparecer o Sr. Luiz Gustavo Gothardo. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: primeiramente, dos Srs. Rodrigo da Silva Blanco, Alexandre da Silva Santos, Gerson Antonio William de Souza Silva e Romilson Nascimento Silva foi apresentado requerimento verbal baseado na alínea “b”, inciso I, do art. 185 do Regimento Interno, para que o Projeto de Decreto Legislativo dos Srs. Rodrigo da Silva Blanco, Alfredo Chiavegato Neto e Ângelo Roberto Torres que dispõe sobre concessão da “Medalha e o Diploma do Mérito Desportivo e Cultural” ao Sr. Amauri Rodrigues, lido naquele dia, fosse apreciado naquela sessão; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou a Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco como relatora especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a sessão; terminado o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer da Relatora Especial designada, favorável ao projeto; a seguir, o Sr. Presidente colocou para apreciação em Única Discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2012, dos Srs. Rodrigo da Silva Blanco, Alfredo Chiavegato Neto e Ângelo Roberto Torres que dispõe sobre concessão da “Medalha e o Diploma do Mérito Desportivo e Cultural” ao Sr. Amauri Rodrigues. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, IV do R.I.). Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que disse de parabenizar o Amauri através do Chileno que estava ali, que fez de tudo para que essa Medalha fosse votada naquele dia, enfim, para que eles pudessem de uma certa forma singela homenagear uma pessoa que, mesmo cambaleando, ainda ia nos campos de futebol demonstrar a paixão que ele tinha pelo futebol; disse que jogar futebol

já não era fácil, ainda mais numa certa idade, cuidar de vinte marmanjos que achavam que era um “Messi” da vida, e que tinham que tirar o chapéu para essas pessoas que, realmente, se dedicavam a montar time de futebol; disse que se lembrava, também, do Chileno que tinha essa vocação, o Luizão, enfim... Fernando Rebelatto, o Alexandre, o Ney, e que eram pessoas que, realmente, se dedicavam a montar time e fazer desse esporte um pouco mais popular na cidade; parabenizou a todos, em nome do Amauri, e parabenizou o Chileno por ter se lembrado dessa pessoa e esperava que no dia seguinte, e perguntou se seria no dia seguinte a homenagem, e que seria a homenagem ao Amauri e que esperava que os nobres Pares pudessem se fazer presentes e pudessem entregar a ele, através de um ofício essa homenagem; disse que o título seria entregue numa data oportuna, não dava para ser confeccionado até no dia seguinte, mas no futuro, até o final do ano, num próximo evento da Câmara eles iriam fazer o possível para entregá-lo. A seguir, em Votação Secreta, o Sr. Presidente solicitou a feitura da chamada para verificação de “quorum”, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Deixou de comparecer o Sr. Luiz Gustavo Gothardo; a seguir, o Sr. Presidente determinou a distribuição de cédulas aos Vereadores, rubricadas pelo Presidente; e, seguida, foi feita a chamada para colocação dos votos na urna; feita a votação o Sr. Presidente convidou os Vereadores Ângelo Roberto Torres e Rodrigo da Silva Blanco para auxiliarem na apuração; a seguir, o Sr. Presidente proclamou o resultado: doze votos favoráveis. O Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “3” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Assim sendo o Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2012, dos Srs. Rodrigo da Silva Blanco, Alfredo Chiavegato Neto e Ângelo Roberto Torres que dispõe sobre concessão da “Medalha e o Diploma do Mérito Desportivo e Cultural” ao Sr. Amauri Rodrigues foi aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Única Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 040/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para desafetar e alienar, por venda ou dação em pagamento, imóveis localizados no Parque Florianópolis, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50 § 1º, VI, do R.I.) Primeiramente, foi feita a Leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e

Contabilidade de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo; no meio da leitura, devido ao surgimento de dúvidas, o Sr. Presidente suspendeu a sessão; decorrido prazo para esclarecimentos, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, apresentando a seguinte Emenda: “Inclua-se o artigo 5º ao Projeto de Lei nº 040/2013, de autoria do Poder Executivo, com a seguinte redação: ‘Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias, especialmente o parágrafo único, do art. 4º, da Lei nº 1160, de 16 de dezembro de 1996.’” Em Discussão a Emenda: pediu a palavra o senhor Adilson José Abracez que depois de cumprimentar a todos, disse que ele gostaria de fazer um breve histórico de um projeto que esteve na Casa e ele estava lá na Câmara em mil novecentos e noventa e seis, há quase vinte anos e só lembrando que aquilo tinha sido recebido em dívida e que, atualmente, ele tinha sido guardado, entesourado, posto na poupança e chegou um dia em que eles estavam lá pagando uma dívida, com uma dívida que eles tinham recebido, então era oportuno, porque na época eles receberam uma dívida e eles estavam naquele momento pagando uma dívida e que o Município tinha que honrar os seus compromissos e honrar, realmente, porque era uma questão de precatório na Justiça que vencia no dia trinta e um de dezembro do ano corrente e quanto àquela emenda, ele disse que ela estava corrigindo um erro do projeto original, na qual ele era Vereador e eles junto com o Poder Executivo deixaram passar, ou por falta de conhecimento ou de atenção, ou por ansiedade de receber uma dívida que estava muito difícil, e atualmente, passado o tempo, o cenário era outro, era mais tranquilo e ele imaginava que não teriam de fazer, de receber nenhum tipo de exigência, pois se ele devia, ele pagasse, ele pagasse para todos e estaria feito, então, que aquela emenda tinha sido oportuna porque ela não tinha sido cumprida naquele período e ela estava em vigor, então, revogando aquele artigo, aquele parágrafo através do artigo cinco, eles normalizavam e zeravam; disse que ele gostaria, também, de explicitar lá que não houve prejuízo na questão da área verde, área de recreação, área de meio ambiente, área de preservação, não tinha tido prejuízo nenhum porque todas aquelas áreas na época em que foram recebidas, não eram daquela categoria de loteamento, eram áreas, principalmente, as que já estavam loteadas, eram áreas já de lotes urbanos e as ruas que seriam preservadas naquele momento, e a outra área de quarenta e sete mil metros quadrados, ela teria de obedecer a todo ordenamento de ocupação do solo, reservando área de lazer, de meio ambiente, fazendo tudo o que a lei exigia e na questão de uso e ocupação do solo, ele tinha a convicção

de que não tiveram nenhum prejuízo, na questão de interesse público, ele achava muito oportuno, muito correto porque o Município tinha de pagar a sua dívida, ele estava obrigado a pagar a sua dívida, ele não tinha como postergar mais aquela dívida, ia vencer dia trinta e um, eles tinham como pagar e cabia para aquela Casa ter o bom senso e usarem aquela poupança e fazer aquele pagamento para que o Município andasse tranquilamente no seu ordenamento e nas suas finanças; o Sr. Presidente lembrou a todos que estava em discussão a emenda; em seguida, pediu a palavra o senhor William de Souza Silva, que mais uma vez cumprimentou a todos, parabenizando o conhecimento e todas as colocações do nobre Colega, Vereador Adilson, e pediu se ele pudesse esclarecê-lo de uma dúvida, e eles deixarem bem claro, perante a população que aquilo não era uma área de praça, onde iria ser feita uma praça no local ou alguma área de lazer que eles estavam vendendo, não seria, perguntou; e também, o futuro comprador, se caso a Prefeitura viesse comprar ela teria que obedecer esses critérios e teria que construir uma praça, uma área de lazer naquele local, não iria ficar sem essa área de lazer, perguntou; disse que estava esclarecido e agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo de tirar uma dúvida ali, também, e se o terreno continuasse sendo da Prefeitura não impedia que ela pudesse construir uma creche, um posto de saúde, uma escola técnica, ou casa popular, não era? E que ele queria tirar essa dúvida; o Sr. Presidente disse que eles poderiam deixar essa discussão para o projeto, e que eles estavam discutindo só a emenda, e perguntou se tudo bem? Em votação a Emenda, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, em discussão o Projeto de Lei nº 040/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para desafetar e alienar, por venda ou dação em pagamento, imóveis localizados no Parque Florianópolis, e dá outras providências, pediu a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que disse de aproveitar e falar daquelas questões ali, e se o Adilson pudesse responder para ele, e que estava falando se podia ser feito posto de saúde, creche, escola técnica, casa popular, e que era essa sua dúvida; pediu a palavra o Sr. Adilson José Abracez que disse que seria sim, que eles tivessem um progresso maior na Câmara, e que eles tivessem uma questão de multimídia para poder mostrar, e que eles iriam chegar nisso um dia, os mapas, e que ali eles estavam discutindo, e os Vereadores conheceram os mapas, os Vereadores tinham conhecimento, e explicou que uma parte dessa área eram lotes urbanos que faziam parte do Parque Florianópolis, as ruas e seus respectivos lotes; a outra área de quarenta e sete mil era uma área nua, um pasto da fazenda que foi dado isso tudo em pagamento; a área que era urbana,

que já era o Florianópolis iria continuar tendo a mesma finalidade deles que seriam os lotes, um por um dos lotes que podiam, de acordo com a legislação atual e já há muito tempo, ser unificados e transformar em empreendimentos imobiliários do tipo “Minha Casa Minha Vida” e o outro, também, a finalidade era, e eles vinham verificando pelo preço que estava sendo o mínimo para o leilão, para o pregão, que só se conseguia alcançar e viabilizar por esses valores, que eles estavam muito perto do valor real de mercado e sem a infraestrutura que eles teriam que por o comprador e que só era viável para empreendimentos imobiliários tipo “Minha Casa Minha Vida”, e que essa acabava sendo, e que não podia ali garantir que era, mas era a vocação de lá seria esse tipo de coisa; disse que ficava bem claro ali para ele responder para eles, que nenhuma área dessas que era do antigo loteamento Florianópolis, era área de praça, era área de lazer, não era nada; disse que, no futuro, naquela área nua, que não tinha nada, a hora de fazer o empreendimento, tinha que ser respeitada a legislação atual em que já era destinada a praça, área de lazer, reserva de meio ambiente, toda essa categoria que tinha um percentual próprio para cada um, e que tivesse essa tranquilidade e que a venda disso, mesmo que o Prefeito não tivesse a dívida, não tivesse nada, ele poderia estar vendendo isso para fazer um empreendimento mesmo imobiliário, porque ela fazia parte como compraria em qualquer outro lugar; diante de manifestação na assembleia, o Sr. Presidente pediu que as pessoas não se manifestassem, por favor, enquanto o Vereador falava, era para aguardar; o Sr. Adilson José Abracez encerrou sua fala agradecendo a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou mais uma vez a todos, dizendo de aproveitar ali para justificar o seu voto perante a população, às pessoas que lhe questionaram sobre aquele projeto, os entendimentos, o entendimento do nobre Colega Xanddy, os entendimentos que ele teve a oportunidade de ir atrás e buscar com a nobre Colega Vereadora Rita, Vereador Adilson e que eles tinham discutido bastante aquele projeto durante as reuniões de Comissões e todos os demais Vereadores, questionou o nobre Vereador Fábio Pina que questionou uma questão que era importante relacionado ao projeto, e que gostaria de justificar para todos o seguinte, e que gostaria, também, de aproveitar e parabenizar o Executivo Municipal pela atitude, e que ser administrador e ter essa situação de emergência era preocupante, neste momento, tinham que ser responsáveis, tinha que ter uma delicadeza de tomar certas atitudes; disse que sabia que pela área, pela destinação, que a área era propícia para um projeto habitacional e que sabiam, plenamente, da carência de habitações do Município, e que o Prefeito, no seu entendimento, ficou numa

corda justa, e que eles, Vereadores, tinham que ter essa responsabilidade de dividir essa situação, porque havia um processo judicial, havia uma dívida em torno de sete milhões de um processo judicial, e que se ele estivesse errado, gostaria que o Vereador o corrigisse do seu entendimento, foi pago pelo Governo anterior cerca de dois milhões e que restaram cinco, e que continuavam corrigindo juros; disse que essa dívida tinha um prazo para ser pago, um processo judicial, e a Justiça não se questionava, estava lá, tinha que cumprir, e havia o risco, pelo seu entendimento, se não fosse cumprido esse prazo, o autor detentor da dívida, ele podia executar e nesta execução ele podia bloquear as contas da Prefeitura, e isso gerava prejuízo a pagamento de servidores públicos, área de Saúde, Educação, Esportes, investimentos para a população; disse que não tinha outro meio, infelizmente, e que sabiam se havia a dívida ou não, havia documentos que questionavam e que até ele já tinha questionado ali que cinquenta e quatro milhões não condizia com o apresentado nas reuniões até pelo Secretário de Finanças e que ele estava tentando se aprofundar para entender melhor essa situação porque até aquele momento não casaram os números passados com os números que eles tinham, com o documento que tinha saído agora do Tribunal dos últimos quatro bimestres, de que a Administração atual tinha que informar o Tribunal sobre a questão da Administração passada; disse que era uma responsabilidade muito grande; disse que respeitava as decisões contrárias, as pessoas que estavam esperando as moradias, e que se não tivesse essa situação, ele jamais votaria nesse bem que era da população, um bem público, dele ser passado para a iniciativa popular, e o que fundamentou, principalmente, tinha sido isso, e também a justificativa que o Colega Vereador que o antecedeu colocou, na situação que aquele empreendimento, pelos valores, só cabia a empreendimentos imobiliários, e a construtora que viesse a adquirir ou o empresário, ele teria que construir empreendimento imobiliário, e que achava que nada impedia deles continuarem ali a fiscalização, a cobrança deles do Executivo para suprir essa demanda de moradia populares e que seu voto era favorável ao projeto em decorrência dessa situação financeira e que não tinham outra alternativa a não ser, no seu ponto de vista, de votar favorável ao projeto, não podia ser irresponsável de deixar outras questões e servir ali de motivo de retaliação perante a sociedade, uma vez que pessoas que estavam aí trabalhando, tanto no serviço público se deparavam de uma forma inesperada com uma decisão judicial que bloqueava as contas da Prefeitura; agradeceu pela atenção de todos, dizendo que seu voto era favorável ao projeto; a seguir, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que cumprimentou a todos, dizendo que queria adiantar seu voto ao projeto e que

seu voto era favorável, e que existia uma dívida aí, com certeza o ex Prefeito não iria pagar essa dívida, e a população não podia pagar por isso, e que o serviço tinha que andar, tinha que caminhar... (diante de manifestação na assembleia, o Sr. Presidente solicitou, por favor, que não houvesse manifestações e pediu silêncio); o Vereador Romilson continuou dizendo que quem acompanhava o trabalho deles nas sessões, todo mundo cobrava ruas com buraco, às vezes precisava de pavimentação, estavam cobrando na Pacífico Moneda asfalto lá, os bairros mais afastados, Santo Antonio do Jardim, Floresta, Bom Jardim, precisava de asfalto, precisava de esgoto, e que entraram com requerimento naquele dia solicitando para estender o esgoto para o Ana Helena e que para isso tudo precisava de recurso, e que achava mais viável no momento a venda do lote para estar acertando isso, para a Cidade voltar a crescer, e eles voltarem a ter o serviço de qualidade e que todos sabiam ali, sobre os remédios, todo mundo comentava, o nobre Colega Xanddy em toda sessão cobrava isso, não tinha remédio, e que precisavam de demanda e que se eles tinham uma dívida grande no Município, não estavam conseguindo arcar com o compromisso; disse que era favorável à venda, e que seu voto era sim, desejou boa noite e agradeceu; o Sr. Presidente pediu para que não estendessem a discussão da dívida que não tinha nada a ver com o projeto; o Sr. David Hilário Neto pediu a palavra dizendo ao Sr. Presidente que tinha a ver com o projeto, sim, porque pela dívida eles iriam votar aquele projeto e se não tivesse nada a ver, não votariam aquele projeto; o Sr. Presidente disse que sabia e que iria estender uma discussão; o Sr. David Hilário Neto disse que não era estender e que ele tinha que mostrar seu ponto de vista, e que ele gostaria, por favor; o Sr. Presidente aceitou, lembrando que o Vereador tinha vinte minutos; o Sr. David Hilário Neto, com a palavra, disse que a mesma dúvida que o nobre Vereador Zidane disse ter, ele tinha, também, esta mesma dúvida e foi se informar, e que teve uma audiência com o Sr. Prefeito e pôde levantar, realmente, a dívida da Cidade, e pediu para que mostrasse no telão, para que a população entendesse que a dívida empenhada apresentada em primeiro de janeiro de dois mil e treze era de vinte milhões, oitocentos e trinta e quatro mil quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos, e que foi deixado em caixa sete milhões de reais; mudando o quadro disse que, no mês de janeiro, orientado pelo Tribunal de Contas foi formada uma Comissão para apuração da dívida flutuante do Município, e que essa dívida flutuante era a dívida empenhada e a dívida não empenhada, pela administração passada; no outro quadro, disse do objetivo daquela Comissão, que era apurar a real dívida da Prefeitura e criar uma ordem cronológica de pagamento paralela, que a lei

exigia, porque o que estava empenhado tinha a sua ordem cronológica, qual nota seria paga primeiro, e tinha um montante que não tinha sido empenhado, ainda, e qual a forma que seria adotada, e que era isso que seria apresentado; no outro quadro disse do resultado obtido pela Comissão foi um dívida de cinquenta e quatro milhões, quinhentos e quinze mil e vinte e cinco reais, mais de novecentos fornecedores que a Prefeitura devia; outro quadro: mais de trinta e cinco milhões de reais em dívidas não contabilizadas, e que tirando os vinte milhões, foram mais de trinta e cinco que não foram contabilizadas para o Município; no outro quadro, disse que entre aquelas dívidas, estavam todas em suas mãos quem quisesse acompanhar, eram mais de dois milhões de reais para a Metrópolis, foi feito o ônibus a um real, mas não foi pago; no outro quadro, confissão de dívida do Grupo Estrutural, que foi assinado pelo Prefeito Gustavo, em outubro do ano anterior, no valor de seis milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte e dois reais e quarenta e um centavos, que também não foi pago e não estavam no balanço, que ficasse claro; no outro quadro, mostrou a confissão de dívida da GROSS Engenharia, no valor de cinco milhões, vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e nove reais; no outro quadro falou da precatória que todo mundo estava dizendo, que tinha chegado naquele dia, foi publicado naquele dia, e se essa dívida não fosse paga até o dia trinta e um de dezembro deste ano, que já era para ter sido paga no ano anterior, a Prefeitura tinha o risco de ter suas contas bloqueadas e perder cinco milhões, e quem seria prejudicado era o funcionário público; no outro quadro mostrou alguns valores que eram nesse montante: para a EPPO eram mais de dois milhões de reais; para a FAJ, do PROUNI Municipal eram mais de um milhão e trezentos mil reais, para a Pepper era um milhão, duzentos e quarenta mil reais; para a Editora Positivo, que eram as apostilas dos alunos, novecentos e setenta e quatro mil reais, Secretaria de Estado da Educação, que era um convênio entre o Estado e a Prefeitura, de trinta e quatro professores, no valor de setecentos e noventa mil reais que não foram pagos; para a FILOG no valor de oitocentos e oitenta e oito mil reais e a Horticultor, quatrocentos e oitenta e seis; disse que fora esse valores, tinham, também, a ACIJ, a Associação Carisma, Centro de Equoterapia, Projeto Lar Feliz, ASAMAS, que eram mais de novecentos, e que a lista estava na sua mão para quem quisesse acompanhar, o valor e a empresa que devia, e que iria estar à disposição; disse que esta dívida tinha que ser paga e a única forma, hoje, vista pelo Município era com a venda desse lote, e com certeza a Cidade iria conseguir voltar a respirar e não teria o problema com as contas bloqueadas e um problema que estava, ainda, na mãos da Prefeitura e estava na Justiça, e pediu para mostrar outro quadro, e disse que

a Prefeitura respondia um processo no Ministério do Trabalho, uma multa de cem milhões de reais por RPA, e disse que eles tinham que se preocupar muito com o que estava acontecendo, e que concordava com o Vereador, tinha esse trabalho, (o Sr. Presidente pediu que não houvesse manifestações, por favor e que deixassem o Vereador falar); o Vereador continuou dizendo que, hoje, o melhor caminho para a Cidade era o pagamento dessa dívida desta forma, e que não foi vista outra forma possível, pois a arrecadação vinha caindo a cada dia, e não estava sendo encontrada outra possibilidade; disse que seu voto era favorável ao projeto, e que a dívida estaria exposta, estavam com todas as cartas de confissões de dívida da Estrutural, da GROSS, com o precatório, e quem tivesse qualquer dúvida estaria à disposição, depois da Sessão; desejou boa noite a todos e agradeceu; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos mais uma vez, parabenizando o nobre Vereador David pelas explanações, mas que gostaria, também, de colocar que ainda havia uma falta de transparência nessas informações perante a Sociedade, porque essas informações não estavam completas (havendo manifestações na assembleia com palmas, o Sr. Presidente solicitou que não as houvesse) e elas não condiziam com as informações que também eram prestadas pelo Tribunal e as informações que eram prestadas nas audiências públicas, salvo não foi isso que ele observou, e que ele não tinha problema de audição e muito menos de visão, quando observou os gráficos apresentados; disse que havia essa falta de transparência, e que não ia ali desmerecer o estudo que o Vereador fez, e até o parabenizou pelo trabalho, mas as informações tinham que chegar para eles bem claras, não serem guardadas ali e, inicialmente, o Vereador ficar sabendo de tais informações, mas era importante, e se havia aquela dívida, mais um motivo exposto da responsabilidade deles votando aquele projeto, e também, gostaria de desabafar para os Vereadores que o interesse dele era público, e que ele não tinha problema pessoal contra ninguém, e que ele votava contra, favorável, independente do que ele fundamentasse ou ele achasse, e ele não tinha rabo preso com ninguém; disse que estavam aí em dez meses de mandato de Vereador, tentando aprender alguma coisa, tentando ir atrás, buscando informações, e as pessoas sentiam aquele ar de congelamento, que a cidade não andava, e se havia possibilidade efetiva dessas dívidas serem pagas e a sociedade começasse a andar o retorno para os senhores em melhoria e benefícios comesçassem a aparecer logo, ele torcia para que a Prefeitura comesçasse a fazer isso e continuasse fiscalizando para que isso acontecesse, a questão do projeto, se não ocorresse, ele iria estar fiscalizando para isso

acontecer, então, mais uma vez parabenizava o Executivo, as colocações, e questionava os números porque não eram claros, e que se ele não teve clareza, garantia que muita gente não teve, porque lhe perguntavam diariamente; pediu desculpas pela discordância com o Vereador, mas era seu posicionamento, e agradeceu pela atenção de todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo de falar de um assunto que tinha acontecido durante aquela semana, e que chegou um email para ele das reais dívidas, se existiam ou não, se era cinquenta e quatro, se era três, e que para ele chegou de vinte milhões no seu email, não acreditou que seria tal valor, pesquisou no Tribunal de Contas, no site e que, realmente, estava lá no Tribunal de Contas e quem tivesse dúvida era só pesquisar no Tribunal de Contas, e que a real dívida estava lá no Tribunal de Contas, e se alguém tivesse dúvida, ele tiraria cópia para todo mundo, entregava, o que faltava para quitar, (diante de manifestação dos presentes, o Sr. Presidente pediu que a assembleia não se manifestasse, por favor); e o Vereador continuou dizendo que quem tivesse dúvida sobre isso, e que era um assunto que deveria acabar naquele ano, (continuando as manifestações, o Sr. Presidente solicitou que a assembleia fizesse silêncio, insistindo nisso); o Sr. Alexandre da Silva Santos continuou dizendo que só queria passar aquela informação para que acabasse o assunto mesmo e o povo parasse de ser enganado e a Cidade continuasse andando sem faltar remédio, sem faltar fraldas, sem faltar leite, e a Cidade continuasse seguindo para frente; disse que seu voto, e que iria adiantar seu voto, que iria ser contrário, porque acreditava que a população não tivesse culpa de tudo e ficar pagando pelos erros dos administradores desta Cidade; agradeceu e desejou boa noite; o Sr. Presidente continuou a pedir silêncio na assembleia; a seguir, pediu a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, dizendo que, na verdade, existia a dívida, existia, (mais uma vez o Sr. Presidente pediu que não houvesse manifestações, e perguntou se não tinha jeito mesmo, se não conseguiam aguentar um pouco até acabar a sessão? Pediu por favor para que agentassem um pouco a mão, pelo amor de Deus, e que queriam falar mais que o Vereador, e pediu para que tivessem um pouco de paciência e deixassem o Vereador falar e que lá fora eles falariam, criticariam, Facebook, enfim, era uma maneira, mas pediu por favor que ali eles mantivessem um pouco de compostura e deixassem o Vereador falar;) o Sr. Fábio Augusto Pina continuou dizendo que na verdade, existia a dívida mesmo e que sabiam disso, e que foi uma das formas, respeitava a opinião do Xanddy, parabenizou o trabalho do David, estava sendo apresentadas as contas, e que também concordava com o nobre Vereador Zidane que tinha que chegar num

denominador comum nestas dívidas, mas existiam as dívidas, sabiam que existiam, sabiam que ficou a frota do Município sucateada tendo que arrumar; sabiam que a Assistência Social ficou sem estoque, e que sabiam de tudo isso, e que isso fazia parte, e eles tinham que procurar uma solução para dali para frente; não tinha outro caminho para eles, a Cidade precisava deles, hoje, e que não adiantava discutir de que partido era ou se não era, tinham que buscar uma melhor saída e que era lógico, e se foi da Administração passada, se era desta eles estavam fiscalizando, estavam correndo atrás e iam tentar juntos, independente de partido, eles tinham que tentar melhorar a cidade, e era o que eles tinham que lutar; disse que hoje o projeto era esse para tentar pagar as dívidas, amanhã construir creche, construir casa popular, melhorar o asfalto, qualidade de vida, tudo, mas era importante a manifestação, era saudável, era muito bom, e agradeceu a presença, eram sempre ideias novas, prioridades novas, (houve manifestações na assembleia com aplausos), o Vereador continuou dizendo que foi uma discussão muito saudável até aquele momento, e desejou boa noite antes que ele fosse vaiado; a seguir, pediu, novamente da palavra o senhor William de Souza Silva dizendo que ele iria encerrar a sua discussão e que ele só tinha voltado na tribuna para esclarecer um fato que ele tinha sido questionado antes e ele acabou se esquecendo e se aquela informação se o terreno não tinha nada a haver com o terreno do Ratinho, então, era aquele fato que ele gostaria de esclarecer para a pessoa que estava lá presente e também deixou claro que dentro daquele viés de discussão que para muitos poderia parecer contrário ao interesse público, o que fundamentou a ele, foi justamente aquela situação da dívida; disse ao Vereador David que não tinha sido minimizado o trabalho dele, e que tinha sido simplesmente que para ele não tinha ficado claro aqueles número e se tivesse aquela dívida, ele gostaria que os administradores fossem os responsáveis, responsabilizados, não a população e que não tinha jeito, eles tinham de tomar aquela atitude, a atitude dele era aquele e ele não fugia dos questionamentos dele, então, ele tinha lá liberdade para falar e inclusive da dívida ele respeitava as colocações que tinham sido colocadas lá mas, estava dentro do direito dele discutir sobre a dívida e ele discutia o que ele achava interessante ao interesse público e mais uma vez ele votaria sim ao projeto; a seguir, pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto dizendo que ele só gostaria de esclarecer que o fato era o seguinte, que a dívida existia, os valores estavam lá e teriam de serem pagos e que o terreno, a Prefeitura estava pedindo uma permissão para poder ser vendido e se ia ser vendido era outra questão, ia ser feito um processo licitatório do qual qualquer pessoa poderia participar, o custo seria de trezentos

reais o metro quadrado, o mínimo, o local era o local que já estava aberto, as ruas já tinham sido abertas, existia uma área no fundo que era a área maior de aproximadamente cinquenta mil metros, onde era a metade do lago da fazenda Capim Fino e se alguém quisesse comprar, seria ótimo, metade do lago poderia comprar, então, realmente estava à disposição para toda a população saber e o processo seria feito daquela forma e poderia ser que não fosse vendido e que a venda seria à vista e não parcelado, então, poderia ser até que não fosse vendido, e que era daquela forma e tinham de pagar a dívida e caberia aos Vereadores terem discernimento e votarem daquilo que achassem melhor, e que o voto dele seria favorável e que ele não votava naquele tipo de projeto, mas só para deixar claro que, realmente, o voto dele seria favorável em prol de toda a sociedade. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 040/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para desafetar e alienar, por venda ou dação em pagamento, imóveis localizados no Parque Florianópolis, e dá outras providências foi o mesmo aprovado por dez (10) votos favoráveis, sendo um (01) contrário do Sr. Alexandre da Silva Santos; 2. Projeto de Lei nº 042/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de crédito adicional suplementar (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50 § 1º, XII, do R.I.) Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A seguir, em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Decreto Legislativo nº 006/2012, da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. José Antonio Gardizan. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, IV do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, em discussão e votação em Votação Secreta, o Sr. Presidente solicitou a feitura da chamada para verificação de “quorum”, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Deixou de comparecer o Sr. Luiz Gustavo Gothardo; a seguir, determinou a distribuição de cédulas aos Vereadores, rubricadas pelo Presidente; em seguida, foi feita a chamada para colocação dos votos na urna; feita a votação o Sr. Presidente convidou os Vereadores David Hilário Neto e

Romilson Nascimento Silva para auxiliarem na apuração; a seguir, o Sr. Presidente proclamou o resultado: doze votos favoráveis. O Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “3” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Assim, o Projeto de Decreto Legislativo nº 006/2012, da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. José Antonio Gardizan foi aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento nº 251/2013, do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade de criar um decreto emergencial-auxílio aluguel com créditos extraordinários para fazer frente às despesas com aluguel e outras dos beneficiários que foram contemplados com os apartamentos do Jaguariúna I e II até o término definitivo e entregas das obras, entre outras questões. Em Discussão pediu a palavra o senhor William de Souza Silva cumprimentando mais uma vez a todos e agradeceu aos Vereadores que tinham votado naquele requerimento passando ele para a ordem do dia e comentou que ele viu durante a semana várias pessoas se mobilizando da insatisfação popular perante aquele programa e ele observou, ele respeitava todas as opiniões, ele parabenizava o trabalho que tinha sido feito pela Assistente Social, pela Vereadora Rita, por todos os Vereadores que acompanharam, as reivindicações sobre o programa, mas ele não poderia deixar de deixar o repúdio dele ao programa “Minha Casa Minha Vida”, a toda forma que ele tinha sido feito no Município, o atraso que a construtora no início da obra, e por isso que ele tinha feito o requerimento pedindo a cópia do contrato onde constava o início, a data do início e o término da obra, para mandar lá para o Governo Federal, para os Deputados, para a Presidente da República, que se ocorressem novos programas, principalmente, no Município, não acontecesse mais aquelas falhas e com certeza houve falhas, a Caixa tinha falhado, ele tinha verificado aquilo, com o representante lá naquela reunião que tiveram em Campinas, não tinha cobrado; disse que ele entendia a situação, ele achava louvável o entendimento de muitos Vereadores, até na questão de se trocar a construtora, iria levar prejuízo, porque estava subjetivo, não tinham a certeza que aqueles prazos iriam ser cumpridos, havia a possibilidade de novas burocracias, iam acontecer e eles tinham de se colocar no lugar das pessoas que estavam sofrendo com aquela questão de moradia, e que não era fácil, que ele tinha uma vizinha que pagava novecentos reais de aluguel e ganhava mil e cem e ela tinha entregado a casa, teve de voltar e pedir pelo amor de Deus para o proprietário mantê-la na residência, e não tinha conseguido o benefício na Assistente Social, então, pela alegação de falta de recurso, ele defendia que a

construtora fosse responsabilizada pelo seu atraso, que aquelas pessoas fossem indenizadas, que havia aquela possibilidade de acontecer aquilo, tanto no Ministério Público, quanto nas ações daquela Casa, o que não havia aquela sensação de impunidade, não acontecia nada para aquelas pessoas, somente para as pessoas que aguardavam o benefício, então, que aquele era o motivo do requerimento, pela necessidade emergencial, pediu que o Executivo olhasse com bons olhos, com carinho e verificasse a possibilidade de ter um crédito suplementar, um recurso extraordinário para suprir aquelas demandas daquelas situações emergenciais que fossem acontecer, porque as pessoas não tinham mais por onde correr e que se tivessem entregue as casas delas, e que várias datas foram dadas; disse que ele também não criticava as outras opiniões, mas quem votava nele era de Jaguariúna e as pessoas estavam lá no ar condicionado delas e aqueles casos acontecendo, para não serem entregues as coisas às pressas, e não fossem renunciados nenhum procedimento de engenharia, que não era certo tentar correr para entregar, dali três meses rachar, causar riscos nas edificações, e aqueles moradores terem de sair às pressas e mais um gasto para o Município e a construtora tinha ido embora; disse que aquela era a função dele como Vereador e aquele era o objetivo dele e esperava que os nobres Colegas aprovassem e o Executivo olhasse com bons olhos e que eles pudessem acabar com aquela novela; disse que ele tinha a certeza de que a Vereadora Rita tinha sofrido vários questionamentos, e comentou o posicionamento do Vereador Xanddy e que, infelizmente, ele concordava com as pessoas, que estavam desgastadas com o processo político, que não acreditavam mais até mesmo nas palavras deles, porque prazos e prazos eram dados, e era louvável que eles tinham o entendimento deles e que achariam que iam escutar mais um blá-blá-blá, ia atrasar de novo e eles não iam fazer nada e ele tinha a certeza de que eles estariam fazendo e o ponto de vista dele era aquele, e que houvesse punição para acabar com aquele jogo de empurra-empurra e palhaçada perante a população; agradeceu a atenção de todos. A seguir, em votação o Requerimento nº 251/2013 do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade de criar um decreto emergencial-auxílio aluguel com créditos extraordinários para fazer frente às despesas com aluguel e outras dos beneficiários que foram contemplados com os apartamentos do Jaguariúna I e II até o término definitivo e entregas das obras, entre outras questões, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Segunda Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 012/2013, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que altera o inciso V, do art. 99, da Lei Complementar nº 04, de 20 de

dezembro de 1991 – Código Tributário do Município (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50 § 1º, I, do R.I. cc Art. 42 da LOM). Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei Complementar nº 014/2013, do Executivo Municipal, que institui o IPTU Verde no Município de Jaguariúna e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50 § 1º, I, do R.I. cc Art. 42 da LOM). Com emendas já aprovadas. Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Lei nº 039/2013, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que acrescenta o inciso XIII, ao art. 2º da Lei nº 1.239, de 22 de junho de 1999, que dispõe sobre a reformulação do COMDEMA, conforme art. 5º, do ADT da LOM (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50 § 1º, XI, do R.I.). Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; A seguir, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 037/2013, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que denomina a Praça das Comunicações, localizada na Avenida Marginal como “Praça das Comunicações Edemur José de Souza” (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 ‘a’ § 1º, do R.I.) Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 043/2013, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que denomina o Posto de Saúde localizado no bairro de Guedes como “Posto de Saúde José Emydio Pires” (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 ‘a’ § 1º, do R.I.) Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão, o Sr. Presidente solicitou para a Secretaria para que depois acrescentasse na frente do nome do senhor José Emydio Pires, o doutor para que ficasse denominado “Dr. José Emydyio Pires”. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 043/2013, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que denomina o Posto de Saúde localizado no bairro de Guedes como “Posto de Saúde José Emydio Pires”, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, fez uso da palavra o senhor Adilson José Abracez que mais uma vez cumprimentou a todos e parabenizou o Plenário e todos os Vereadores que continuavam discutindo exaustivamente todos os projetos, todas as possibilidades, sempre ouvindo um ao outro e ponderando e resolvendo as questões e tomando a decisão do colegiado, não importando

quem tinha votado contrário, quem tinha votado a favor, o que importava era que tinham respeitado o direito de votar de serem contra e de serem a favor e era uma obrigação deles obedecerem a deliberação da maioria e respeitar aqueles que tinham sido minoria; disse que ele só gostaria de acrescentar na questão das casas de Jaguariúna I e II, se ele tivesse que resumir o culpado daquela demora toda, ele poderia falar que era a Caixa Econômica Federal, porque ela tinha aceitado um projeto da empresa que tinha feito uma proposta para a Caixa Econômica para fazer o projeto “Minha Casa Minha Vida” e se a empresa não tinha feito um projeto viável, a Caixa tinha capacidade para saber se era, e se a empresa tinha executado um lucro antes da hora, a Caixa soltava o dinheiro conforme o cronograma da obra, então, no fundo, o gerenciamento dela que, atualmente, lógico que eles não iriam exigir que a Caixa dispensasse a empresa por questões de dois ou três por cento que acarretaria um problema a maior, mas ela poderia ter feito muito antes, ter rompido o contrato e ter feito tudo de novo; disse que a Caixa tinha errado a proposta, ou tinha executado o lucro antecipadamente ou tinha havido alguma tubulação, que tinha vazado aquele dinheiro, então, infelizmente aos contemplados, eles só poderiam pedir a eles um minutinho de paciência, porque, realmente, eles sabiam que estava na finalização, eram as últimas etapas, questões mais de papel, mais de documentação, era delicado, mas o papel era importante porque era segurança jurídica e de direito, então, era aquilo que eles pediam paciência, e por questão de segurança, eles questionaram, o Zidane questionou a equipe técnica lá, o engenheiro responsável tinha dado todas as garantias que não tinha problema técnico, não tinha problema nenhum, era uma questão de ordem, de tempo e de pequenos ajustes e mais de burocracia; pediu um pouco mais de paciência a todos, e disse que era justo que se alguém tinha um direito, ele tinha de reivindicar aquele direito e obter aquela franquia daquele direito; a seguir tomou a palavra a senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco, que depois de cumprimentar os presentes, disse que ela achava que a questão da habitação já tinha sido colocada tudo o que poderia ter sido colocado naquela noite; cumprimentou o amigo William que tinha feito a proposta, o requerimento, e disse que naquela hora ela só quis esclarecer que existia uma legislação, mas não tinha a dúvida de que ela sabia que muitas famílias iriam precisar do recurso e que a Prefeitura iria disponibilizar; agradeceu a votação pelo título do senhor Gardizam, dizendo que ela o conhecia há muito tempo e que ele tinha sido por muito tempo Presidente de Bairro da Região do Bom Jardim, Santo Antonio do Jardim, sempre brigando por melhorias lá, participou por muitas vezes dos Conselhos Municipais, sempre com muita dedicação; agradeceu ao

Fred pela indicação do Edemur na Praça das Comunicações, lembrando que ele tinha sido, realmente, a primeira voz da Rádio Estrela; agradeceu a todos; em seguida, fez uso da palavra o senhor William de Souza Silva, que depois de, novamente, cumprimentar a todos, disse que ele gostaria dentro daquele mecanismo, aproveitar e corrigir uma falha, que ele encontrou o colega Buiú, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos; agradeceu a presença dele e de todos os presentes, do Secretário Gustavo Durlarcher, e agradeceu a todas as aprovações dos seus colegas Vereadores; disse que levava lá o seu carinho todo especial aos homenageados, tanto da área esportiva e mais os que estavam com eles e foram homenageados, e às pessoas que tiveram lá o recebimento daquele título, que ele tinha a certeza que era de uma valia muito grande para cada pessoa que recebia, o título de cidadão do Município; agradeceu a presença, também, da Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos, e ressaltou mais uma vez o seu carinho, respeito e dedicação durante aquele mandato, a todos os servidores; disse que ele estava à disposição para discutir qualquer interesse, de qualquer servidor, desde que fosse de interesse público e que ele jamais entraria em conflitos pessoais; deixou claro que ele tinha sido questionado pela Presidente e tinha levado ao conhecimento do Presidente da Câmara dos Vereadores, a Diretora da Câmara, aos demais funcionários de carreira, sobre o que ela tinha colocado, e ele até achou grave, que aquilo não poderia ocorrer, houve lá um requerimento questionando a entidade dela, a conduta dela, perante a administração do Sindicato e ela falou que tinha tentado o contato na Casa, vindo até a Casa e não tinha sido atendida e que não a deixaram se inscrever na Tribuna Livre, e ele tinha recebido com toda a empolgação a informação dela e foi lá e questionou o Presidente, os demais funcionários, só que ele recebeu a informação deles de que ela nem contato tinha feito naquela Casa e ele ia repassar a resposta que tanto o Presidente, quanto os funcionários tinham falado, que estavam à disposição no dia seguinte para ela ir até aquela Casa para verificar aquela situação e se inscrever e que aquele era um processo democrático, estava aberto para todos, era direito de todos os cidadãos de irem até a Casa e colocarem os seus questionamentos, dentro dos critérios legais e de regimento Interno da Câmara dos Vereadores, então ,aquela tinha sido a informação que ela recebeu da Câmara que ela não tinha ido até lá, então, ele pediu até desculpas aos funcionários, ao Presidente pelo questionamento, e aquilo não poderia acontecer, a pessoa não tinha ido lá e se ela tivesse ido, ela teve o seu direito cerceado; ressaltando, aquilo não tinha ocorrido na Câmara dos Vereadores; disse, também, que para finalizar, mais uma vez ele parabenizou a atitude, principalmente, a função social de busca, de evolução

àquele fantasma que tinham do processo das dívidas e aquele congelamento, ele esperava e estaria atento, ansioso, aguardando que, efetivamente, que com aquela venda pudesse se resolver efetivamente o problema da dívida do Município e ele torcia, independente do administrador, que a cidade continuasse com melhorias, então ele estava torcendo para o Governo fazer um excelente mandato e que chegasse melhorias para as pessoas e que poderiam ter a certeza de que ele estaria lá somente para elogiar e para criticar, independente de quem gostasse ou não gostasse, aquele era o perfil dele e ele pretendia chegar até o final do mandato dele daquela forma e também, finalizando com a informação de que a Colega o tinha questionado, falou que ele não tinha falado, o que ele deveria ter falado, quando ele recebeu um documento, e ele disse que ele falou, estava à disposição, aquilo era gravado, iria para a ata e que poderia ser que ele não tivesse falado o que a colega gostaria que ele explanasse lá, mas ele tinha falado o entendimento dele, entendimento na leitura, inclusive questionou o valor que o Vereador tinha apresentado não condizia com o documento que ela tinha apresentado, então, tinha sido falado e estava lá documentado que a fala dele estava lá efetivada; desejou a todos uma excelente semana e agradeceu a atenção de todos; a seguir, fez uso da palavra o senhor Ângelo Roberto Torres que cumprimentou mais uma vez os presentes e disse que ele gostaria de fazer só um questionamento, ele achava que a pessoa não estava mais lá no Plenário, mas na questão que tinha questionado sobre os radares e disse que naquela semana ele e o Vereador Gerson estiveram na Defesa Civil junto ao Secretário Doutor Agostinho, o qual propôs para eles agendarem uma reunião com eles na Casa, no período da tarde ou de manhã, para ele estar lá e explicar o porquê tinham sido tirados os radares e o porquê tinham sido contratados os radares, como o nobre Colega Adilson tinha comentado com ele, se gastasse um milhão e salvasse uma vida, era merecedor; sobre o radar que existia lá, ele mencionou em uma discussão que tinha tido na Câmara, disse que tinha rompido o contrato, trocado, porque tinha trocado de administração e era o contrário, a empresa que prestava serviço na cidade tinha uma dívida de quatrocentos mil reais, foi pago e o Secretário se reuniu com os proprietários da empresa e a Administração tinha proposto de pagar aquilo em quatro vezes, a empresa até tinha chegado no dia 03 de janeiro pela manhã, vieram e retiraram os matérias, os radares e a cidade ficou sem radar, causando acidentes na frente da FAJ, que ele pode presenciar, mas enfim, a questão tinha sido solucionada, tinha sido resolvida, e disse que o radar, ao contrário, ele trazia recurso, principalmente, para a Secretaria de Trânsito; convidou a todos os Vereadores, que na sexta feira seguinte, ele até pediu para a Leila que fizesse

convites e solicitou aos Vereadores para que colocassem na agenda, que na sexta feira, às catorze horas, como ele era o Presidente da Comissão de Serviços Públicos, ele convidou o superintendente, o responsável pelos Correios, na entrega de correspondências, porque tinham muita demanda, muitos lugares que o Correio passava do lado da casa, mas não entregava a correspondência e ele achava que a melhor coisa era levar o responsável na Casa, então, teriam de questionar, ver o porquê não faziam, o que estava acontecendo e verem o que poderiam fazer, então que seria sexta feira, às duas horas da tarde e no dia seguinte estariam recebendo convites para aquela reunião; agradeceu a todos; em seguida, usou a palavra, o senhor Alexandre da Silva Santos, que cumprimentou a todos e disse que ele queria falar lá da questão dos radares, alguns temas que ele tinha votado contra ou até mesmo a favor, que cada Vereador tinha o seu entendimento, a sua forma de representar as pessoas que tinham votado neles e eles estavam lá para representar pessoas e fiscalizar o Executivo, que era o Prefeito, o Executivo, porque eles eram o Legislativo e o Brasil era democrático e cada um pensava da forma mais honesta e digna de representar seus eleitores e votar a favor do que achava que era bom para a cidade; disse que ele tinha votado contra os radares porque aquelas contas que vinham assombrando a cidade, era um valor muito alto, quase dois milhões de reais e tinham outras prioridades no Município e por isso ele tinha votado contra, não que ele desejasse mal para o Município, mas era que tinham outras prioridades, e no momento, dentro do seu ver, não era tão importante quanto a Saúde, a Educação, o Esporte do Município que era prioritário na cidade. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia quinze de outubro de dois mil e treze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Presidente

Vereador Adilson José Abracez
Vice Presidente

Referente à Ata da 23ª Sessão Ordinária, realizada aos 8 de outubro de 2013.

Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco
Primeira Secretária

Vereador Ângelo Roberto Torres
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.
Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

